



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Processo 0601059-81.2018.6.02.0000

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS (11531) - 0601059-81.2018.6.02.0000 - Maceió - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador ORLANDO ROCHA FILHO TERCEIRO INTERESSADO: ELEICAO 2018 MARIA DOS PRAZERES DA ROCHA BRANDAO DEPUTADO FEDERAL REQUERENTE: MARIA DOS PRAZERES DA ROCHA BRANDAO Advogado do(a) TERCEIRO INTERESSADO: Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO HENRIQUE BRABO MAGALHAES - AL4577

#### EMENTA

ELEIÇÕES 2018. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CARGO DE DEPUTADO FEDERAL. DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES APTOS A DEMONSTRAR A REGULARIDADE CONTÁBIL. CONTAS APROVADAS.

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em aprovar as contas de campanha de MARIA DOS PRAZERES DA ROCHA BRANDÃO, referentes às Eleições de 2018, com base nos artigos 30, inciso I, da Lei nº 9.504/97, e 77, inciso I, da Resolução TSE nº 23.553/2017, nos termos do voto do Relator.

Maceió, 16/04/2019 Desembargador Eleitoral ORLANDO ROCHA FILHO

#### RELATÓRIO

Cuida-se da Prestação de Contas de Campanha apresentada por MARIA DOS PRAZERES DA ROCHA BRANDÃO, candidata ao cargo de Deputado Federal nas Eleições 2018, consoante determina a Lei nº 9.504/97, em seus artigos 28 a 32, e a Resolução TSE nº 23.553/2017.

Autuados e distribuídos, os autos foram submetidos ao crivo analítico de caráter preliminar da

Comissão de Exame das Contas de Campanha, efetivado por meio de sistema próprio disponibilizado pelo TSE.

Diante dos documentos juntados pela candidata, a Comissão de Exame das Contas de Campanha, por intermédio de Parecer Técnico, opinou pela aprovação das contas de campanha. Com vista dos autos, o Ministério Público Eleitoral exarou parecer opinando pela aprovação das contas de campanha, pois não vislumbrou a existência de vício, seja de caráter formal ou substancial, que afete a confiabilidade e transparência das contas.

Era o que havia de importante para relatar.

## VOTO

O presente feito traz à apreciação deste Regional a movimentação financeira e contábil da campanha de MARIA DOS PRAZERES DA ROCHA BRANDÃO, candidata ao cargo de Deputado Federal, no pleito de 2018.

De início, registre-se que a análise e o julgamento desta prestação de contas devem observar as normas de direito material e processual previstas na Resolução TSE nº 23.553/2017.

A obrigação de prestar contas decorre da própria Lei 9.504/97, que estabelece as diretrizes a serem observadas por aqueles que desejam concorrer a qualquer cargo eletivo, mesmo que haja substituição, renúncia ou desistência da candidatura.

Nesse cenário, releva destacar a importância da prestação de contas para todo o processo eleitoral, tendo em vista a preservação da lisura, o equilíbrio do pleito e a transparência na utilização dos recursos financeiros movimentados pelos candidatos e partidos políticos.

Feitas tais considerações, destaco que, após realizadas as diligências necessárias à obtenção de esclarecimentos e/ou ao saneamento de falhas, a candidata juntou a documentação indicada no relatório de diligências, não restando, assim, inconsistências.

A Assessoria de Contas e Apoio à Gestão –ACAGE indica em seu Parecer Conclusivo que o valor financeiro arrecadado pela candidata perfaz um montante de R\$ 250.000,00, advindo de Recursos de Partido Político - Fundo Especial de Financiamento de Campanha –FEFC, bem como que foram arrecadados recursos estimáveis em dinheiro no valor de R\$ 4.140,97, proveniente de Recursos de Outros Candidatos, sendo R\$ 1.691,64 do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC e R\$ 2.449,33 de Outros Recursos.

Além disso, a ACAGE informa que as despesas realizadas somam R\$ 254.120,65, sendo R\$ 249.979,68 financeira e R\$ 4.140,97 recursos estimáveis em dinheiro, havendo sobra de campanha no valor de R\$ 20,32, que foi devidamente recolhida por meio de GRU aos cofres da União, conforme determina o §5º do art. 53 da Resolução TSE de n.º 23.553/2017.

Consta dos autos, ainda, documentos que dão conta de que a candidata não recebeu recursos do Fundo Partidário, tampouco de fonte vedada ou de origem não identificada, o que afasta qualquer discussão sobre a eventual necessidade de devolução quanto a tais recursos.

Com efeito, verifica-se que a candidata se desincumbiu de seu ônus, apresentando as contas tempestivamente e fazendo-as acompanhar de toda a documentação obrigatória estabelecida pela Resolução 23.553/2017, pelo que são suficientes para demonstrar a higeidez e a lisura da

presente contabilidade.

Ademais, como bem apontado pelo Ministério Público Eleitoral, não se vislumbra no presente caso a ocorrência de vícios formais ou substanciais que afetem a confiabilidade e a transparência das contas, mormente a ausência de violação a dispositivos da Lei nº 9.504/97 e da Resolução TSE nº 23.553/2017.

Ante o exposto, acompanhando os pareceres técnico e ministerial, VOTO pela aprovação das contas de campanha de MARIA DOS PRAZERES DA ROCHA BRANDÃO, referentes às Eleições de 2018, nos termos dos artigos 30, inciso I, da Lei nº 9.504/97, e 77, inciso I, da Resolução TSE nº 23.553/2017.

É como voto.

Desembargador Eleitoral ORLANDO ROCHA FILHO

Relator